



PROJETO DIAGNÓSTICO TERRITORIAL DA APOINME

Verbetes de Casos Emblemáticos

<https://apoinme.org/diagnostico-territorial-apoinme/>

Mineração no Sul de Minas

Maria Carolina Arruda Branco ¹

O Estado de Minas Gerais, desde o ciclo do ouro no período colonial, é reconhecidamente um território rico em diversos minérios e, historicamente, muito explorado por este motivo. Entretanto, os povos originários que aqui viviam, e aqueles outros trazidos forçosamente, não se beneficiaram da extração e comercialização dessas riquezas; ao contrário, sofreram severos processos de violação de direitos, sendo violentamente assassinados, escravizados, explorados e deslocados na esteira dessa dinâmica extrativista. Se em um primeiro momento essa dinâmica de extração esteve concentrada na região central de Minas Gerais com o ciclo do ouro, nos períodos seguintes ela avançou e se consolidou no Vale do Rio Doce e no Quadrilátero Ferrífero com o minério de ferro. A exploração de minérios no estado de Minas Gerais seguiu se alargando para outras porções do território, alcançando regiões como o triângulo mineiro com a exploração de nióbio, entre outras, impondo esse cerco mineral sobre os povos indígenas e tradicionais.

A cidade de Araxá, no Triângulo Mineiro, abriga uma região de terras extremamente férteis e também a maior reserva em operação de nióbio do mundo, um metal de alto valor estratégico global, indispensável para a produção de ligas de aço mais leves e super-resistentes, utilizadas em larga escala nas indústrias aeroespacial, automotiva, bélica e de infraestrutura. Contudo, essa mesma abundância mineral, cuja exploração sistemática acontece desde a metade do século XX, na região de Araxá e que hoje gera bilhões, é o pano de fundo de um violento processo histórico de apagamento. É nesta região que se localizava a aldeia-mãe do povo Catu-Awá-Aracha. A grafia apresentada aqui com “ch” reflete o diálogo, em agosto de 2019, com uma importante liderança que me explicou que, para eles, esta seria a escrita mais adequada. Esta mesma

¹ Maria Carolina Arruda Branco é Doutoranda no PPGAS/UFSCar. E-mail: mariacarolinaarrudabranco@gmail.com

liderança me relatou à época que a aldeia-mãe do seu povo ficava situada exatamente acima do chamado Barreiro, local onde hoje se impõe o luxuoso complexo do Grande Hotel de Araxá e cujas redondezas são tomadas pela exploração minerária. Ele me contou que a aldeia-mãe foi sendo desmembrada e o povo Catu-Awá-Aracha precisou se espalhar, sendo sucessivamente empurrado e expulso de suas terras, primeiro pela violência histórica dos bandeirantes e, mais tarde, pela expansão dos grandes empreendimentos na região. Contexto que ilustra perfeitamente como se forja uma invisibilidade, pois hoje eles são frequentemente categorizados como uma população indígena em contexto urbano. Cabe ressaltar ainda que a urbanização e a mineração invadiram os seus territórios tradicionais, em uma dinâmica que ainda hoje os relega ao lugar de serem discriminados sob a sua própria terra e de seus ancestrais.

Mais ao sul do estado, no município de Caldas, há hoje três comunidades indígenas: o povo Xukuru-Kariri, ali presente desde 2001 e liderado inicialmente pelo Cacique José Sátiro, hoje sob a liderança de seu filho; o povo Kiriri do Acre, na região desde 2017, ocupando o território Ibiramã Kiriri do Acre sob a liderança do Cacique Barriga; e o povo Xukuru-Kariri da aldeia Kariri Wakonã, fundada em 2025, que passou a ocupar um novo território após uma divisão interna, liderados pelo Cacique Thanailton. Há tempos, refletindo a história de Minas Gerais como um todo, essa região sofre com as investidas predatórias da indústria da mineração. Desde 2024, e intensificado a partir de 2025, Caldas ganhou os holofotes nacionais e internacionais devido à corrida pelas terras raras, um grupo de minerais de altíssimo valor de mercado, essenciais para a fabricação de tecnologias modernas como ímãs de carros elétricos, turbinas eólicas e armamentos bélicos. No entanto, o cerco mineral aos territórios no sul de Minas já é uma realidade antiga, marcada pela exploração de urânio, bauxita, sienito, areia e cascalho, entre outros minérios.

Cabe sinalizar que muitos desses empreendimentos operam na região desde a metade do século XX. É importante pontuar que os licenciamentos ambientais dessa época não consideravam a questão indígena, o que nos leva a questionar se a eventual presença de indígenas na região, no exato momento da chegada dessas mineradoras, não foi simplesmente invisibilizada pelos levantamentos oficiais. Afinal, a suposta “ausência” de indígenas no sul de Minas nesse período é, antes de tudo, o reflexo da violenta expulsão dos povos originários que ali habitavam nos séculos anteriores. De toda forma, fato é que as comunidades indígenas atuais ainda não haviam se estabelecido na região, visto que protagonizam um cenário de migração, vindos do estado da Bahia para o sul de Minas Gerais, consolidando suas presenças no início do século XXI. Por conta dessa cronologia, os licenciamentos concedidos à época ignoraram essas populações. Este cenário é crucial de ser observado, como o povo Kiriri me relatou em certa oportunidade, pois muitos empreendimentos antigos se sentem desobrigados a reconhecê-los. As mineradoras não levam em consideração os impactos causados a

Esta é uma produção Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) no âmbito do Projeto Diagnóstico das Terras Indígenas na área de abrangência da APOINME.

Toda reprodução de seu conteúdo (completa ou parcial) deve ser devidamente creditada.

Contato: pesquisa@apoinme.org

essas comunidades sob o argumento falho, e conveniente, diga-se de passagem, de que as operações começaram antes da chegada dos indígenas na região, eximindo-se, assim, da responsabilidade atual.

Frente a esse passivo e diante do assédio das novas mineradoras internacionais interessadas nas terras raras existentes na porção meridional de Minas, o povo Kiriri buscou se resguardar. A comunidade elaborou o *Protocolo de Consulta do Povo Kiriri do Acré Caldas/MG*. O documento é um instrumento fundamental de defesa do território indígena, estabelecendo os procedimentos próprios pelos quais o povo exige ser consultado acerca de qualquer projeto que venha a impactá-los, direta ou indiretamente.

No contexto das atividades de mineração que já existem em Caldas, as comunidades sentem seus muitos impactos: a qualidade das águas dos rios que cortam a região foi afetada; o intenso tráfego de maquinário pesado destrói as estradas, dificultando o ir e vir da população indígena; a piora na qualidade do ar, devido à poeira, é notória; e os animais da região também são diretamente afetados, sofrendo com o afugentamento e o desequilíbrio imposto a todo o ecossistema local. Além disso, observa-se uma atuação predatória de certas empresas que tentam capturar as comunidades com promessas irreais. Ao utilizarem indevidamente a imagem dos indígenas, essas empresas constroem para a população em geral uma falsa percepção de que as aldeias apoiam e consentem com os projetos minerários, quando a realidade não é bem essa. Contexto que torna o cenário ainda mais complexo, uma vez que essa narrativa enganosa disseminada acaba por tensionar e desgastar as relações de confiança que esses indígenas já haviam constituído anteriormente com parceiros estratégicos do território e com órgãos governamentais.

As preocupações atuais quanto à exploração de terras raras, que ainda não começou de fato, adicionam uma nova camada de tensão interna. Pois o custo da valorização das terras raras é uma devastação socioambiental, sua extração envolve processos químicos agressivos de lixiviação, consome volumes enormes de água e gera rejeitos tóxicos e, por vezes, radioativos, o que ameaça a soberania hídrica e alimentar dos territórios ao redor. Diante disso, as comunidades já começam a se organizar, tomando conhecimento e discutindo as leis e esses possíveis impactos. Embora as empresas tentem sinalizar quais seriam os danos e como eles afetariam o cotidiano das populações, frequentemente minimizando-os, o que fica com as pessoas nas aldeias é um cenário de muitas incertezas.

Contexto que se torna ainda mais grave e complexo diante da recente controvérsia geopolítica envolvendo esses minérios. É um cenário que coloca em confronto direto a soberania nacional brasileira e os interesses de potências como os Estados Unidos, evidenciando uma agenda de facilitação ao capital estrangeiro que foi fortemente defendida e promovida pela família Bolsonaro nos últimos anos. É justamente esse cenário de insegurança e pressão sistêmica que tem mobilizado parcerias entre povos indígenas e outros

Esta é uma produção Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) no âmbito do Projeto Diagnóstico das Terras Indígenas na área de abrangência da APOINME.

Toda reprodução de seu conteúdo (completa ou parcial) deve ser devidamente creditada.

Contato: pesquisa@apoinme.org

profissionais a fim de traduzir melhor os possíveis impactos e pensar estratégias de proteção frente a uma ameaça que, embora carregue a velha lógica extrativista do estado de Minas Gerais e da região, é perigosamente nova por articular interesses e capitais internacionais de altíssimo valor financeiro e estratégico.

Fica evidente que pensar a proteção dos territórios indígenas no sul de Minas hoje exige olhar não apenas para as fronteiras internas das aldeias, mas enfrentar as pressões econômicas em seus entornos. Requer, sobretudo, que o Estado e as empresas respeitem os instrumentos de autonomia e os limites colocados pelas comunidades indígenas diante do avanço predatório dos poderosos empreendimentos minerários. Sendo assim, é fundamental visibilizar a dimensão real desse cerco mineral e fortalecer o protagonismo das comunidades frente a essas incertezas e ameaças. Só assim será possível garantir que a histórica dinâmica de espoliação de Minas Gerais não continue sendo imposta como o único horizonte possível para os povos indígenas.

Esta é uma produção Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) no âmbito do Projeto Diagnóstico das Terras Indígenas na área de abrangência da APOINME.

Toda reprodução de seu conteúdo (completa ou parcial) deve ser devidamente creditada.

Contato: pesquisa@apoinme.org